

Dissertação-modelo

A geração *freelancer* e os impactos socioeconômicos no Brasil.

Para discorrer sobre a geração *freelancer*, é preciso considerar, pelo menos, dois importantes motivos para o crescimento do autoemprego: o fomento à Revolução Tecnológica – a robotização, uma das responsáveis pela redução de frentes formais de trabalho, e a resistência das grandes corporações em admitir profissionais jovens, recém-formados. Assim, a geração *freelancer* tem sido motivo de acaloradas discussões entre legisladores, sindicalistas e demais atores sociais, até porque ainda é um modal que acontece às margens da legislação trabalhista.

Nesse sentido, pesquisas recentes apontam que a robotização, fenômeno em franca ascensão, afetará 7 milhões de empregos formais, em todo o mundo, até 2030. Contudo, é preciso admitir que, hoje, nas vésperas, 1 em cada 4 jovens já está fora do mercado formal, o que o leva a buscar relações alternativas de trabalho, muitas vezes, extralegais. Em decorrência disso, nem sempre esse trabalhador recolhe os encargos trabalhistas, porque reconhecidamente onerosos. Tudo isso impacta a receita pública, vez que, apesar de não serem contribuintes, os *freelancers* são assistidos pelo Estado. Daí a lição de Durkheim, segundo o qual a anomia, ou seja, ausência de regras, tipifica a doença social.

Acrescenta-se, ainda, o fato de Brasil já ter, aproximadamente, 15% da população economicamente ativa descolocada – desse percentual, pessoas de 18 a 24 anos são as mais afetadas, a todo ver, por conta do ageísmo, isto é, da resistência dos empregadores formais em admitir jovens que, por óbvio, não têm experiência profissional. Sem dúvida, a essa parcela da sociedade excluída pelo darwinismo empresarial cabe o autoemprego que, muitas vezes, desagua na inabilidade para o trabalho em equipe, o que vai refletir nos resultados esperados pelo mercado.

Portanto, para que a geração *freelancer* saia da clandestinidade e tenha garantida a chance do emprego formal, cabe ao Ministério do Trabalho e Emprego firmar parcerias com diferentes setores da economia privada, a fim de abrirem frentes de trabalho aos jovens. Isso deve ser feito por meio da ampliação do alcance do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE), iniciativa governamental regulamentada, que visa não só à promoção da inserção de jovens no mercado de trabalho, como também a respectiva escolarização/qualificação, atendendo às exigências do mercado de trabalho. O Brasil, realmente, precisa ser um país de todos os trabalhadores.

Por Gislaine Buosi

Apresentação do tema;

Síntese do 1.º argumento;

Síntese do 2.º argumento;

Tese;

Desenvolvimento do 1.º argumento;

Desenvolvimento do 2.º argumento;

Proposta de intervenção social.